

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Gestão compartilhada de recursos naturais e economia solidária. Diretrizes par a implantação da rede solidária da pesca no Brasil.

Sidney Lianza, Felipe Addor, Fátima Karine Pinto Joventino y Vera de Fátima Maciel.

Cita:

Sidney Lianza, Felipe Addor, Fátima Karine Pinto Joventino y Vera de Fátima Maciel (2009). *Gestão compartilhada de recursos naturais e economia solidária. Diretrizes par a implantação da rede solidária da pesca no Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1465>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Gestão compartilhada de recursos naturais e economia solidária

Diretrizes para implantação da rede solidária da pesca no Brasil

Sidney Lianza

Núcleo de Solidariedade Técnica

SOLTEC/UFRJ

lianza@ufrj.br

Felipe Addor

Bolsista do CNPq - Brasil

SOLTEC/UFRJ

addor@ufrj.br

Fátima Karine Pinto Joventino

SOLTEC/UFRJ

fkpj@oi.com.br

Vera de Fátima Maciel

SOLTEC/UFRJ

verafml@gmail.com

Palavras chave – *economia solidária, redes, pesca artesanal, gestão compartilhada de recursos pesqueiros, pedagogia da alternância, pesquisa-ação.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
1 – SOLIDARIEDADE SÓCIO-AMBIENTAL.....	4
2 – PROJETO PEDAGÓGICO DIALÓGICO E TRANSFORMADOR.....	8
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
BIBLIOGRAFIA.....	13

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Estado brasileiro deu pouca importância ao setor pesqueiro e, principalmente, para os pescadores artesanais. Conforme descrevem Rebouças et al. (2006), os incentivos governamentais foram concebidos preferencialmente para o desenvolvimento da pesca industrial, e a pesca artesanal permaneceu em segundo plano junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização e planejamento de longo prazo. Esse tipo de política do poder executivo se caracteriza como um misto de assistencialismo e clientelismo, cujo discurso sempre esteve voltado para o pescador artesanal como prioridade, enquanto os investimentos estiveram quase sempre destinados à pesca industrial (SECEX, 2007).

No Brasil, o gerenciamento da pesca e dos estoques pesqueiros esteve, durante muito tempo, sob responsabilidade da extinta Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), criada na década de sessenta. Em 1989, juntamente com outros órgãos, esta instituição passou a fazer parte da estrutura do IBAMA (hoje, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) passando em seguida a integrar o Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA) do Ministério da Agricultura. Apenas em 2003, no primeiro ano do governo Lula, foi criado um órgão de nível ministerial voltado

exclusivamente para o setor pesqueiro: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). Desde então, registra-se um crescimento das políticas governamentais voltadas para a pesca. No entanto, embora a SEAP tenha realizado algumas iniciativas voltadas para o fortalecimento da pesca artesanal, como, por exemplo, a realização de Conferências Regionais e da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, torna-se patente a fraca influência que os trabalhadores tradicionais da pesca exercem sobre o processo de construção das políticas para o setor. Vale destacar que os pescadores artesanais são responsáveis por cerca de 60 % da produção pesqueira do país, mais de 500 mil toneladas de peixe por ano, e envolve mais de 600 mil trabalhadores (SEAP, 2008).

Parte dessa desarticulação deve-se à frágil capacidade de organização social dos pescadores, seja no sentido de fazer proposições, seja no de acompanhar a implementação das políticas. Além disso, a falta de programas e iniciativas integradas nas instâncias do poder público dificulta a realização de ações que visem à resolução dos problemas, aprofundando ainda mais as contradições no que se refere aos problemas ambientais e à exclusão social da classe pesqueira. Neste sentido, torna-se urgente o fortalecimento da organização dos trabalhadores da cadeia produtiva da pesca artesanal, a fim de que se tenha maior força política para pressionar o governo federal por políticas públicas pertinentes voltadas para a categoria.

É nesse contexto que começam a se articular três projetos que atuam em quatro diferentes estados brasileiros (RJ, MG, PA e AM) no intuito de fortalecer o movimento em prol de melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores da cadeia produtiva da pesca artesanal. Na origem desses projetos estão o poder público, universidades, organizações não-governamentais e organizações comunitárias que se articulam e lutam pelo fortalecimento político e econômico desses trabalhadores. Desse movimento surge a Rede Solidária da Pesca (RSP), que tem como um dos atores-chave o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC/UFRJ).

Neste artigo, apresenta-se a experiência da constituição da RSP cujo objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento socioambiental da pesca artesanal, por meio da abordagem integrada e compartilhada dos recursos pesqueiros e dos princípios de economia solidária, tendo como o eixo norteador de suas ações a educação continuada.

1 – SOLIDARIEDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Desde 2004, o SOLTEC/UFRJ coordena o projeto Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA), responsável pela articulação de um dos pólos da RSP, o do Litoral Fluminense. O projeto Peixes, Pessoas e Água (PPÁgua) articula o pólo do Alto e Médio São Francisco. Na Amazônia e Pará, o projeto Provarzea deu origem a dois outros pólos, o do Alto Amazonas e o do Baixo Amazonas.

Os objetivos iniciais da RSP foram definidos da seguinte formaⁱ:

- 1 - Promover a troca de experiências entre líderes comunitários e facilitadores dos projetos.
- 2 - Estabelecer redes de apoio às iniciativas que promovam a equidade e a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca.
- 3 - Promover a reflexão sobre a consistência e a viabilidade de concepções, estratégias e metodologias empregadas e inseridas no movimento de economia solidária no país.
- 4 - Fomentar a discussão sobre metodologias e ferramentas para a elaboração, monitoramento e avaliação de projetos de geração de trabalho renda na área da pesca.

ⁱ A descrição detalhada pode ser encontrada no blog da Rede Solidaria da Pesca - <http://redesolidariadapesca.blogspot.com/> (consultado em 18 de maio de 2009), através dos documentos: *Relatório Seminário Redes Solidárias na Cadeia Produtiva da Pesca: Lições aprendidas entre PPA/Alto médio São Francisco/MG e PAPESCA/Macaé/RJ; Ante Projeto de Implantação da Rede Solidária da Pesca - maio de 2007*

- 5 - Identificar e analisar a viabilidade de uma articulação entre os projetos, dentro de uma proposta de pesquisa-ação em rede internacional.
- 6 - Promover o ingresso de jovens e mulheres no mundo do trabalho de modo estável e com equidade.
- 7 - Subsidiar políticas públicas mais específicas e coerentes ao setor pesqueiro artesanal
- 8 - Ampliar a Rede Solidária da Pesca no Brasil, na América Latina e na África

Para fazer frente a esses objetivos e dada a imensa complexidade socioambiental, econômica e tecnológica das questões relacionadas à gestão pesqueira no Brasil, a RSP tem procurado fundamentar as suas ações com base em dois caminhos estratégicos importantes: o da Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros e a da Economia Solidária, visando contribuir para o equilíbrio ecológico e a equidade social.

A pesca tem apresentado graves problemas de escassez, devido ao desrespeito do homem à natureza, fundamentada por uma gestão mecanicista que tem como base uma ideologia economicista, que preza pela excessiva exploração sobre os recursos naturais, determinando padrões insustentáveis de desenvolvimento ecológico, social e econômico.

Diante da crise em que o setor pesqueiro e as comunidades tradicionais de pescadores se encontram hoje, algumas iniciativas surgem com o intuito de se criar uma nova forma de produção pesqueira, fundamentada em critérios ambientais sustentáveis e na reestruturação do setor. É cada vez mais urgente a busca por novos modelos que nos permitam ter um olhar mais abrangente e holístico sobre as variáveis que estão relacionadas à pesca.

O enfoque do ecodesenvolvimento pode ser considerado como uma dentre as várias correntes de pensamento interessadas atualmente em elucidar e fazer frente à crise

planetária do meio ambiente (VIEIRA, 2005). Segundo Sachs (1993), o ecodesenvolvimento tem por base o tripé: eficiência econômica; equidade social e prudência ecológica. Para ele, desenvolvimento sustentável significa crescer economicamente, respeitando o meio ambiente, levando-se em conta a equidade social, a participação da sociedade na resolução dos problemas e nos processos de tomada de decisão, oferecendo-se soluções ecológicas condizentes a cada realidade sócio-cultural (SACHS, 1993)ⁱⁱ.

Segundo Jablonski (2005), as definições sobre a adoção de uma abordagem ecossistêmica sobre a pesca ainda são variadas, mas existe um ponto em comum: o gerenciamento da atividade pesqueira deve mudar o foco, atualmente voltado para o estoque pesqueiro, para a conservação dos ecossistemas de uma maneira mais integrada, ou seja, a pesca vista a partir de critérios mais abrangentes de sustentabilidade. O autor sugere que o objetivo principal da abordagem ecossistêmica seja a obtenção da “sustentabilidade ambiental”. Para isso, têm-se proposto estratégias que envolvem diferentes conceitos de gestão: a “gestão adaptativa” (*adaptive management*), “gestão compartilhada” (*co-management*) e gestão espacial (estabelecimento de áreas protegidas no ambiente marinho).

Conforme descrito anteriormente, a RSP tem procurado nortear suas ações com base nos princípios e diretrizes da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros. Esse tipo de abordagem propicia dividir entre o Estado e a sociedade civil, as comunidades em particular, a responsabilidade e a autoridade no gerenciamento dos recursos pesqueiros, onde estes estão enquadrados na categoria de recursos naturais renováveis de uso comum. Procura-se definir coletivamente as regras - direitos e deveres – que especificam o uso, os instrumentos de decisão e os meios de controle. Está baseada na concepção de que a pluralidade permite incentivos à cooperação e, desta forma, pode-se obter um resultado que beneficie a comunidade de forma sustentável, fortalecendo ao ecodesenvolvimento.

ⁱⁱ Denote-se que esse conceito é polêmico, Leonardo Boff, citado em Gadotti (2009, 28) teria afirmado que “*desenvolvimento origina-se numa economia excludente e, a sustentabilidade, no paradigma includente da ecologia. Como conceitos, eles seriam antagônicos*”

A Economia Solidária, na sua interpretação mais complexa, coloca-se como um projeto de nova sociedade, visando outro modo de produção, baseado na solidariedade, na equidade, na autogestão na produção e nos territórios, onde a economia tem por objetivo central a promoção do ser humano seja sob o ponto de vista material, psíquico e espiritual. Visaria o “*bem viver*” como a utopia cidadã, conforme prevista, tanto na constituição da Bolívia como na do Equador.

Leonardo Boff (2009) analisa que esse novo conceito é a antítese da ética do progresso ilimitado, da competição entre os indivíduos, onde para que uns possam “*viver melhor*”, milhões devem viver mal. Como segue:

“o “bem viver” visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. O “bem viver” supõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com a Pacha Mama (Terra), com as energias do universo e com Deus.” (Boff, 2009)

O Atlas da Economia Solidária, publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2005), destaca que os empreendimentos econômicos e solidários (EES) têm sua maior representação (42%) nas *atividades agropecuária, extrativista e pesca* (42%). Mesmo com a cautela necessária, pois os dados são mostrados de maneira agregada, é expressiva a estimativa, seja sob o ponto de vista econômico, social, e ambiental.

Esse conjunto de fatores parece ter feito com que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) tenha recebido com entusiasmo a articulação que a RSP vem fazendo, iniciada em dezembro de 2006. Após dois seminários da RSP, foram realizadas uma série de reuniões, lideradas pela SENAES, que resultaram na realização de

um seminário em setembro de 2007, que envolveu, além da própria SENAES, a SEAP/PR, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o IBAMA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Cultura (MINC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste seminário, foi decidido que a *Educação Continuada para a Cidadania* seria o eixo prioritário de atuação da RSP. A abordagem da Educação Continuada abrangeria desde a promoção da aprendizagem de comunicação oriunda da escrita e da leitura, até a educação de jovens e adultos, a realização de cursos técnicos que tratassem de questões como a equidade étnica, a preservação do meio ambiente, a identidade cultural e a segurança e saúde do pescador.

O resultado desse processo materializou-se em vários projetos, sendo que dois deles foram aprovados recentemente: o primeiro, no âmbito do Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (PLANSEQ EcoSol- MTE/SENAES), que prevê a formação de 300 trabalhadores nos municípios de Cabo Frio/RJ, Pirapora/MG, Santarém/PA, Parintins e Tefé/AM, onde serão ministrados cursos de Gestão Social da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal e Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros; e o segundo, financiado pela SEAP, que visa contribuir para a formação dos pescadores na elaboração e gestão de projetos e na construção de um Projeto Educacional para os trabalhadores da pesca.

No exercício de construção desse Projeto Educacional na RSP, foram definidas duas estratégias metodológicas chave: a Pedagogia da Alternância; e a Pesquisa Ação.

2 – PROJETO PEDAGÓGICO DIALÓGICO E TRANSFORMADOR

O processo de construção do *sentido* do projeto pedagógico da RSP insere-se num contexto mais global em curso no mundo, o da construção de uma nova sociedade, pautada pela solidariedade, pela autogestão, pelo equilíbrio ecológico. A construção dessa nova sociedade demanda o desenvolvimento de novas teorias de desenvolvimento do

conhecimento, sob o risco concreto de reproduzir a sociedade antiga que resiste e resistirá diante do novo.

O projeto pedagógico da RSP parte de sua identificação com o movimento da Economia Solidária, portanto se vê engajado no processo de construção de uma nova sociedade, o que implica na necessidade de erigir “**novos valores**, acentuando (assim) o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alterativo. A economia solidária dessa forma é uma **práxis pedagógica**” (negrito nosso) (Gadotti, 2009, p. 23). Pretende buscar o que Paulo Freire cunhou como uma das tarefas mais importantes da prática educativa: propiciar que os trabalhadores ensaiem a “experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos” (Freire, 2007:41).

Essa práxis pedagógica implica num percurso metodológico que possua como características iminentes: o diálogo entre os saberes; a negociação contínua entre educandos e educadores; a interação entre teoria e prática, entre processos formativos em sala de aula e no campo de trabalho; a sistematização crítica dos atores do processo, sobre seus desejos e intenções, suas histórias individuais e das comunidades, suas demandas e expectativas, sobre o monitoramento e as avaliações de processos. Essa práxis pedagógica, é incontornável, necessita da **sistematização** como elemento chave para descrição do processo que está construindo a nova sociedade. Por conseguinte, na construção metodológica da RSP incorpora-se o campo denominado Pesquisa-Ação, ou *Participatory and Action Research* (PAR), que pressupõe o diálogo entre o pesquisador (conhecimento técnico) e o ator social (conhecimento tácito ou consuetudinário), buscando construir um diagnóstico mais concreto da realidade com base nas diferentes visões e saberes. Essa estratégia metodológica pretende promover de maneira permanente a implicação dos atores sociais na pesquisa e dos pesquisadores da transformação da realidade.

Além disso, o processo de construção de conhecimento, de pesquisa (“o objetivo do conhecimento”, como coloca Thiollent, 1996:18), está desde seu início e visceralmente vinculado ao processo de transformação da realidade (“o objetivo prático”). A pesquisa-ação visa desenvolver o conhecimento mútuo e articular os atores-chave para que se decida sobre os caminhos da transformação, no caso da pesca artesanal.

Por outro lado, servirá de base para os espaços de formação a Pedagogia da Alternância que, como afirmam Medeiros e Santos, representa uma “uma pedagogia da ruptura, desde romper com uma disciplina e uma ordem escolar de submissão, até o rompimento epistemológico com o conhecimento fragmentado, desvinculado da realidade e da vida”. Essa proposta metodológica pretende aproximar a teoria e a prática, e desconstruir a idéia de que formação se dá apenas em sala de aula. Como defende Paulo Freire, “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (2007:38).

“O conjunto de instrumentos pedagógico-metodológicos na Pedagogia da Alternância e seus pressupostos teórico-filosóficos possibilitam ao educando fazer de suas experiências e vivências no meio sócio-profissional, seu material de estudos, reflexões, constituindo-se, assim, a base para o processo educativo, com o envolvimento da família e da comunidade, oportunizando a estreita articulação entre os diferentes espaços de formação, permitindo a sistematização do saber vivido, adquirido, partilhado, experienciado nos momentos vividos nos espaços sócio-profissionais e na escola.” (MEDEIROS & SANTOS, 2008:76)

Através da articulação entre pedagogia da alternância e pesquisa-ação, desejamos superar a divisão e a fragmentação do conhecimento, interrelacionando pesquisa, extensão e ensino, e proporcionar uma educação para o trabalho através da práxis, quer dizer, da indissociabilidade entre saber teórico e prático.

Para que esta relação pesquisador-participante se dê de maneira satisfatória, torna-se necessário, por parte do corpo técnico, a preocupação com o modo de comunicação com os comunitários, considerando-se suas limitações de leitura, utilizando instrumentos pedagógicos que facilitem a compreensão dos temas a serem trabalhados. Outra questão metodológica a ser considerada é a gestão, coordenação das atividades e as decisões, que se darão de maneira compartilhada entre técnicos e comunitários, estabelecendo assim uma relação horizontal entre estes diferentes atores.

Esse Projeto pretende que os trabalhadores se consolidem como líderes na RSP, que propiciem maior mobilização e diálogo entre seus pares na construção de uma realidade da cadeia produtiva da pesca artesanal mais cooperativa, e em vista de maior equilíbrio ambiental e equidade social.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos a experiência de construção da Rede Solidária da Pesca, que atua em quatro pólos regionais no Brasil: Litoral Fluminense (RJ), Alto e Médio São Francisco (MG), Alto Amazonas (AM) e Baixo Amazonas (PA). Suas ações procuram fortalecer o movimento da economia solidária, promovendo a autonomia, a autogestão e a solidariedade entre as comunidades pesqueiras, assim como entre os projetos e instituições envolvidas. A abordagem adotada também preza por um tipo de gestão da pesca onde os recursos pesqueiros são manejados de maneira integrada e participativa, estimulando a co-gestão e o compartilhamento de responsabilidades entre os pescadores artesanais.

Apesar das conquistas, o fato da Rede não dispor ainda de recursos financeiros próprios que possam viabilizar a realização das reuniões presenciais de seus técnicos, pesquisadores e comunitários, tem dificultado o desenvolvimento de suas ações. Essa é uma condição considerada fundamental para a construção dialógica de uma Rede que tem como um de seus objetivos principais, estimular e dar condições para que os pescadores

possam ser protagonistas do processo, e que preza pela diálogo presencial, pela afetividade, pelos vínculos pessoais.

A RSP completou seu terceiro ano, conseguindo manter quatro regionais nesse país-continente, e agora, com os projetos aprovados, ganha impulso importante para que no início do ano que vem, quando da realização do IV Seminário da RSP, outros projetos e programas que se identifiquem com os seus valores venham a integrá-la, sejam oriundos de outras regiões do Brasil, e/ou de outros países da América Latina e África.

Enfrentamos agora o desafio de construir um Projeto Educacional para a Pesca que se articule com os princípios e valores emanados pela Rede, e contribua na construção desse outro mundo possível. Para tanto, nos são caros os preceitos metodológicos da Pesquisa-Ação e da Pedagogia da Alternância, que servirão de base para os processos formativos em construção no âmbito da RSP. É através deles que se pretende transformar pescadores em lideranças políticas que protagonizem esse movimento e conquistem para os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca uma gama de políticas públicas integradas e consistentes que contribuam realmente para a melhoria das suas condições de trabalho e de vida.

Acredita-se que desta forma estaremos contribuindo para a difusão de outro tipo de gestão da pesca, cujo paradigma está fundado em uma nova visão de mundo, pautada na ética da solidariedade e no respeito ao ambiente. Para que este desafio seja possível, é necessário reconhecer a complexidade das pescarias brasileiras, principalmente a da pesca artesanal, onde as variáveis de natureza socioambiental, econômica e tecnológica devem ser consideradas, instigando-nos a pensar e agir de maneira interdisciplinar, juntando-se os elos e facilitando as interações em redes.

Bibliografia

- BOFF, Leonardo, 2009. “O viver melhor ou o bem viver?”. In: **Altermundo**, 24/03/09. Disponível em: <http://www.altermundo.org/content/view/2237/175/>. Acesso em 14/05/2009.
- GADOTTI, Moacir, 2009. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Série Educação Popular, vol. 1.
- FREIRE, Paulo, 2007. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** (1996 – 1ª Ed.). São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura).
- JABLONSKI, S., 2005. “Mar-Oceanografia/Biologia Pesqueira”. **Parcerias estratégicas**, Brasília, v.20, p.911 – 946.
- MEDEIROS, Maria Osanette de; Santos, Gilberto Lacerda dos, 2008. “Transdisciplinaridade, ciência e conhecimento científico na pedagogia da alternância: desafios epistemológicos”. **Revista Diálogos: Pedagogias da Extensão**. Brasília: Universidade Católica de Brasília. Vol. 9, agosto, pp. 72-78.
- REBOUÇAS, G. N. M.; FILARDI, A. C. L.; VIEIRA, P. F., 2006. “Gestão Integrada e Participativa da Pesca Artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina”. In: **Ambiente e sociedade**, v.9, n.2, Campinas,.
- SACHS, I., 1993. **Estratégias de transição o para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo.
- SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, 2008. Material de Divulgação dos Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR.
- SECEX- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, s/d. Disponível em: www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/publicacoes/sdp/acoSetAum

- [ComIndBrasileira/asac0518.pdf](#)> Acesso em: 19/05/2009.
- SOMMERMAN, Américo, 1999. “Pedagogia da Alternância e transdisciplinaridade”. In: **Pedagogia da Alternância: I Seminário Internacional**. Salvador: UNEFAB. Pp 73-84.
- THIOLENT, Michel, 1996, **Metodologia da pesquisa-ação**. 7ª ed. São Paulo, Cortez.
- VIEIRA, P.F., 2005. “Gestão de Recursos Comuns para o Ecodesenvolvimento”. In: **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis.